



# CONCURSO PÚBLICO - PROVA OBJETIVA

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO

Nº DE INSCRIÇÃO

# CONTEMAX

CONSULTORIA TÉCNICA E PLANEJAMENTO LTDA

## CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE DESTERRO

### CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

#### INSTRUÇÕES:

##### VERIFIQUE SE ESTE CADERNO:

- Corresponde a sua opção de cargo.
- Contém 40 (quarenta) questões, numeradas de 01 a 40, caso contrário reclame ao fiscal da sala outro caderno. **NÃO** serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas **UMA** resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- A alternativa escolhida deve ser marcada na **FOLHA DE RESPOSTAS** que você recebeu.

##### VOCÊ DEVE:

- Procurar na **FOLHA DE RESPOSTAS**, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na **FOLHA DE RESPOSTAS**, conforme o exemplo: [■].

##### ATENÇÃO:

- Marque as respostas com caneta esferográfica azul ou preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará nota zero à questão.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 (três) horas para responder a todas as questões e preencher a folha de respostas.
- Devolva esse caderno de prova ao aplicador, juntamente com a sua folha de respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. **Direitos Reservados.**

---

**RASCUNHO**

---

## QUESTÕES - LÍNGUA PORTUGUESA (1 – 12) 02 PONTOS

### TEXTO I MAIS QUE ORWELL, HUXLEY PREVIU NOSSO TEMPO

Hélio Gurovitz

Publicado em 1948, o livro *1984*, de George Orwell, saltou para o topo da lista dos mais vendidos (...) A distopia de Orwel, mesmo situada no futuro, tinha um endereço certo em seu tempo: o stalinismo. (...) O mundo da “pós-verdade”, dos “fatos alternativos” e da anestesia intelectual nas redes sociais mais parece outra distopia, publicada em 1932: *Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley.

Não se trata de uma tese nova. Ela foi levantada pela primeira vez em 1985, num livreto do teórico da comunicação americano Neil Postman: *Amusing ourselves to death* (Nos divertindo até morrer), lembrado por seu filho Andrew em artigo recente no *The Guardian*. “Na visão de Huxley, não é necessário nenhum *Grande Irmão* para despojar a população de autonomia, maturidade ou história”, escreveu Postman. “Ela acabaria amando sua opressão, adorando as tecnologias que destroem sua capacidade de pensar.”

Orwell temia aqueles que proibiriam os livros. Huxley temia que não haveria motivo para proibir um livro, pois não haveria ninguém que quisesse lê-los. Orwell temia aqueles que nos privariam de informação. Huxley, aqueles que nos dariam tanta que seríamos reduzidos à passividade e ao egoísmo. Orwell temia que a verdade fosse escondida de nós. Huxley, que fosse afogada num mar de irrelevância.

No futuro pintado por Huxley, (...) não há mães, pais ou casamentos. O sexo é livre. A diversão está disponível na forma de jogos esportivos, cinema multissensorial e de uma droga que garante o bem-estar sem efeito colateral: o soma. Restaram na Terra dez áreas civilizadas e uns poucos territórios selvagens, onde grupos nativos ainda preservam costumes e tradições primitivos, como família ou religião. “O mundo agora é estável”, diz um líder civilizado. “As pessoas são felizes, têm o que desejam e nunca desejam o que não podem ter. Sentem-se bem, estão em segurança; nunca adoecem; não têm medo da morte; vivem na ditosa ignorância da paixão e da velhice; não se acham sobrecarregadas de pais e mães; não têm esposas, nem filhos, nem amantes por quem possam sofrer emoções violentas; são condicionadas de tal modo que praticamente não

podem deixar de se portar como devem. E se, por acaso, alguma coisa andar mal, há o soma.

Para chegar à estabilidade absoluta, foi necessário abrir mão da arte e da ciência. “A felicidade universal mantém as engrenagens em funcionamento regular; a verdade e a beleza são incapazes de fazê-lo”, diz o líder. “Cada vez que as massas tomavam o poder público, era a felicidade, mais que a verdade e a beleza, o que importava.” A verdade é considerada uma ameaça; a ciência e a arte, perigos públicos. Mas não é necessário esforço totalitário para controlá-las. Todos aceitam de bom grado, fazem “qualquer sacrifício em troca de uma vida sossegada” e de sua dose diária de soma. “Não foi muito bom para a verdade, sem dúvida. Mas foi excelente para a felicidade.”

No universo de Orwell, a população é controlada pela dor. No de Huxley, pelo prazer. “Orwell temia que nossa ruína seria causada pelo que odiamos. Huxley, pelo que amamos”, escreve Postman. Só precisa haver censura, diz ele, se os tiranos acreditam que o público sabe a diferença entre discurso sério e entretenimento. (...) O alvo de Postman, em seu tempo, era a televisão, que ele julgava ter imposto uma cultura fragmentada e superficial, incapaz de manter com a verdade a relação reflexiva e racional da palavra impressa. O computador só engatinhava, e Postman mal poderia prever como celulares, tabletes e redes sociais se tornariam – bem mais que a TV - o soma contemporâneo. Mas suas palavras foram prescientes: “O que afligia a população em *Admirável mundo novo* não é que estivessem rindo em vez de pensar, mas que não sabiam do que estavam rindo, nem tinham parado de pensar”.

Adaptado, Revista Época nº 973 – 13 de fevereiro de 2017, p.67.

01. O título do texto I:

- Leva-nos a inferir supostamente uma superioridade de Huxley em relação a Orwell, o que se comprova no texto.
- Leva-nos a inferir incorretamente uma superioridade de Huxley em relação a Orwell, o que se comprova no texto.
- Leva-nos a inferir corretamente uma superioridade de Huxley em relação a Orwell, o que se comprova no texto.
- Leva-nos a inferir provavelmente uma igualdade de Huxley em relação a Orwell, o que se comprova no texto.
- Leva-nos a inferir categoricamente uma igualdade de Huxley em relação a Orwell, o que se comprova no texto.

02. Quanto à tipologia, o texto I apresenta-se, eminentemente, com características:

- a) narrativas;
- b) injuntivas;
- c) argumentativas;
- d) expositivas;
- e) descritivas.

03. A estratégia textual empregada no 3º parágrafo é uma:

- a) exemplificação;
- b) comparação;
- c) citação;
- d) simbologia;
- e) alusão.

04. Nos excertos abaixo retirados do texto I, os pronomes destacados não podem mudar de posição no enunciado, **MENOS** o que se encontra na alternativa:

- a) “Não **se** trata de uma tese nova.” (2º parágrafo)
- b) “Huxley temia que não haveria motivo para proibir um livro, pois não haveria ninguém que quisesse lê-**los**.” (3º parágrafo)
- c) “Orwell temia aqueles que **nos** privariam de informação.” (3º parágrafo)
- d) “Sentem-**se** bem, estão em segurança; (...)” (4º parágrafo)
- e) “(...) não **se** acham sobrecarregadas de pais e mães; (...)” (4º parágrafo)

05. O vocábulo em destaque em “*Mas suas palavras foram **prescientes**: (...)*” (6º parágrafo) remete à ideia de:

- a) procrastinação;
- b) súplica;
- c) renúncia;
- d) interpelação;
- e) antecipação.

06. A vírgula utilizada na passagem “*No de Huxley, pelo prazer.*” (6º parágrafo) justifica-se por:

- a) omitir uma estrutura verbal.
- b) questões estilísticas.
- c) destacar um sintagma nominal com função de aposto.
- d) isolar uma expressão com valor semântico de explicação.
- e) separar termos assindéticos.

07. Quanto à função da palavra “se”, no fragmento “*Não se trata de uma tese nova.*” (2º parágrafo), tal vocábulo assume o papel de:

- a) pronome apassivador;

- b) conjunção condicional;
- c) índice de indeterminação do sujeito;
- d) parte integrante do verbo;
- e) partícula expletiva.

08. O advérbio destacado no excerto “(...) e **nunca** desejam o que não podem ter.” (6º parágrafo) tem seu valor semântico corretamente apontado na opção:

- a) tempo;
- b) negação;
- c) intensidade;
- d) modo;
- e) meio.

## TEXTO II

### REDES SOCIAIS E COLABORAÇÃO EXTREMA: O FIM DO SENSO CRÍTICO?

Eugênio Mira

Conectados. Essa palavra nunca fez tanto sentido quanto agora. Quando se discutia no passado sobre como os homens agiriam com o advento da aldeia global (...) não se imaginava o quanto esse processo seria rápido e devastador. (...) Quando McLuhan apresentou o termo, em 1968, ele sequer imaginaria que não seria a televisão a grande responsável pela interligação mundial absoluta, e sim a internet, que na época não passava de um projeto militar do governo dos Estados Unidos.

A internet mudou definitivamente a maneira como nos comunicamos e percebemos o mundo. Graças a ela temos acesso a toda informação do mundo à distância de apenas um toque de botão. E quando começaram a se popularizar as redes sociais, um admirável mundo novo abriu-se ante nossos olhos. Uma ferramenta colaborativa extrema, que possibilitaria o contato imediato com outras pessoas através de suas afinidades, fossem elas políticas, religiosas ou mesmo geográficas. Projetos colaborativos, revoluções instantâneas... Tudo seria maior e melhor quando as pessoas se alinhasssem na órbita de seus ideais. O tempo passou, e essa revolução não se instaurou.

Basta observar as figuras que surgem nos sites de humor e outros assemelhados. Conhecidos como memes (termo cunhado pelo pesquisador Richard Dawkins, que representaria para nossa memória o mesmo que os genes representam para o corpo, ou seja, uma parcela mínima de informação), essas figuras surgiram com a intenção de demonstrar, de maneira icônica, algum sentimento ou sensação. Ao fazer isso, a tendência de ter uma reação diversa daquelas expressas pelas tirinhas é cada vez menor. Tudo fica branco e preto. Ou se aceita a situação, ou

revolta-se. Sem chance para o debate ou questionamento. (...)

A situação é ainda mais grave quando um dos poucos entes criativos restantes na internet produz algum comentário curto, espirituoso ou reflexivo, a respeito de alguma situação atual ou recente... Em minutos pipocam cópias da frase por todo lugar. Copia-se sem o menor bom senso, sem créditos. Pensar e refletir, e depois falar, são coisas do passado. O importante agora é copiar e colar, e depois partilhar. As redes sociais desfraldaram um mundo completamente novo, e o uso que o homem fará dessas ferramentas é o que dirá o nosso futuro cultural. Se enveredarmos pela partilha de ideias, gestando-as em nossas mentes e depois as passando a outros, será uma estufa mundial a produzir avanços incríveis em todos os campos de conhecimento. Se, no entanto, as redes sociais se transformarem em uma rede neural de apoio à preguiça de pensar, a humanidade estará fadada ao processo antinatural de regressão. O advento das redes sociais trouxe para perto das pessoas comuns os amigos distantes, os ídolos e as ideias consumistas mais arraigados, mas aparentemente está levando para longe algo muito mais humano e essencial na vida em sociedade: o senso crítico. Será uma troca justa?

([http://obviousmag.org/archives/2011/09/redes\\_sociais\\_e\\_colaboracao\\_extrema\\_O\\_fim\\_do\\_senso\\_critico-.htm](http://obviousmag.org/archives/2011/09/redes_sociais_e_colaboracao_extrema_O_fim_do_senso_critico-.htm). Adaptado. Acesso em: 21 fev 2017)

09. Analisando-se as características estruturais do texto, percebe-se que, em sua totalidade, pretende-se:

- instruir o leitor.
- descrever situações polêmicas.
- expor uma situação pessoal.
- discutir um tema atual.
- relatar acontecimentos.

10. O termo “pipocam” na passagem “Em minutos pipocam cópias da frase por todo lugar.” (4º parágrafo) está empregado em seu sentido:

- metonímico;
- comparativo;
- denotativo;
- gradativo;
- metafórico.

11. O último período do 2º parágrafo, no que se refere à progressão temática do texto II, assume um papel semântico em relação aos dois períodos que o antecedem; esse valor semântico está corretamente registrado em:

- oposição;
- conformidade;

- causa;
- proporção;
- condição.

12. O processo de formação do vocábulo “acesso” (2º parágrafo) é o mesmo da palavra presente na alternativa:

- “debate” (3º parágrafo);
- “grave” (4º parágrafo);
- “curto” (4º parágrafo);
- “reflexivo” (4º parágrafo);
- “atual” (4º parágrafo).

### QUESTÕES - RACICÍNIO LÓGICO (13 – 16) 02 PONTOS

13. Considere os seguintes operadores lógicos:

- “.” – operador conjunção  
“+” – operador disjunção  
“~” – operador negação

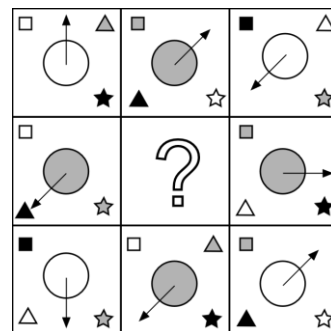
A seguinte operação lógica

$$x + (y \cdot z) \cdot (x + (\sim y \cdot z))$$

pode ser simplificada como:

- x.z
- y.z
- x + ~y
- x
- ~x + ~y + ~z

14. Marque a opção que substitui corretamente o símbolo “?”.



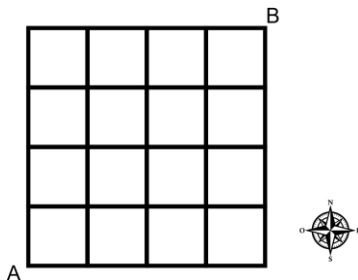
- 
- 
- 
- 
-



15. Uma certa melancia de um 1kg é composta por 99% de água. Ela é desidratada, tal que passa a ter 98% de água. Qual o peso da melancia desidratada?

- a) 0,99kg
- b) 0,98kg
- c) 0,96kg
- d) 0,50kg
- e) 0,45kg

16. Seja um bairro composto de uma malha quadricular 4x4. Alice inicia uma caminhada no ponto A. A cada minuto, chega numa esquina, onde decide aleatoriamente ir para leste ou norte, até atingir o ponto B. No mesmo instante, Bento inicia no ponto B e a cada minuto, chega numa esquina, onde decide aleatoriamente ir para o sul ou oeste, até atingir o ponto A. Qual a probabilidade aproximada de que Alice e Bento se encontrem no meio da caminhada?



- a) 0,20
- b) 0,03
- c) 0,05
- d) 0,21
- e) 0,27

**QUESTÕES - ATUALIDADES (17 – 20)**  
**02 PONTOS**

17. Considere o texto abaixo e marque a alternativa que completa **corretamente** o espaço em branco:

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, determinou na noite de 3ª feira (16.fev.2021) a prisão do deputado federal \_\_\_\_\_ (PSL-RJ), que havia divulgado mais cedo um vídeo com ofensas aos magistrados da Corte. Na gravação, o deputado xingou vários ministros do STF, usando às vezes palavrões e fazendo acusações de toda natureza, inclusive que alguns magistrados recebem dinheiro de maneira ilegal pelas decisões que tomam. Segundo o ministro do STF, o Deputado “é *reiterante na prática criminosa*” por ser investigado em inquérito que apura o financiamento de grupos que defendem pautas antidemocráticas. Moraes diz ainda que os atos pelos quais o congressista é investigado

envolvem criar “*animosidades entre as Forças Armadas e as instituições*” e incitar a “*população à subversão da ordem pública*”.

- O Deputado foi:

- a) Arthur Lira.
- b) David Miranda.
- c) Daniel Freitas.
- d) Daniel Silveira.
- e) Capitão Fábio Abreu.

18. Considere os itens, colocando (V) ou (F) nos parênteses se caso for verdadeiro ou falso, respectivamente sobre o **BREXIT** - saída do Reino Unido da União Europeia.



(\_\_\_\_) É a terceira vez que um país deixa a UE desde sua criação — um casamento que durou 30 anos após a Guerra Fria e agora chega ao fim.

(\_\_\_\_) O Reino Unido não continuará a seguir todas as regras da UE e sua relação comercial será exclusivamente com os EUA e China.

(\_\_\_\_) Após a saída do Brexit, o Reino Unido teve um novo representante, David Cameron, primeiro-ministro, assumiu o comando um dia após o resultado do referendo.

**A sequência correta é:**

- a) F – F – F
- b) F – V – F
- c) V – F – V
- d) V – V – V
- e) F – V – V

19. Considere o texto abaixo e marque a alternativa que completa **corretamente** o espaço em branco:

Frente ao enorme desafio provocado pela pandemia da Covid-19, a vacina assumiu um protagonismo ainda maior no Brasil e no mundo. Na ausência de remédios cientificamente eficazes, a imunização se torna a saída mais eficaz – aliada à adoção de medidas de higiene e distanciamento

social. Para diminuir a proliferação do novo coronavírus, o Brasil iniciou a vacinação em \_\_\_\_\_ . A enfermeira Mônica Calazans, 54 anos, foi à primeira brasileira imunizada com a vacina do Butantan contra a COVID-19 no país. Mulher, com perfil de alto risco para complicações provocadas pelo coronavírus, não deixou de atuar nos hospitais da capital paulista para ajudar a salvar vidas.

- a) dezembro de 2020.
- b) janeiro de 2021.
- c) fevereiro de 2021.
- d) março de 2021.
- e) nenhuma das alternativas.

20. Julgue as afirmativas abaixo

O Brasil encerrou 2020 com o maior número de focos de queimadas em uma década, de acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). No ano passado, o país registrou 222.798 focos, contra 197.632 em 2019, um aumento de 12,7%. Os números só ficam atrás do recorde de 2010, quando o país registrou cerca de 319 mil focos. *Fonte: <https://www.dw.com/pt-br/brasil>.*

Com relação as queimadas, segundo o Inpe, o território brasileiro já registrou vários focos de incêndios desde o início de janeiro de 2021 e a tendência é que esse número aumente de forma exponencial com a chegada da estação mais seca do ano. - **São principais causas das queimadas nas florestas brasileiras:**

- I- limpeza mais rápida ou renovação da pastagem de determinadas áreas de agricultores.
- II- ampliação de áreas para criação de gado ou outras culturas agrícolas.
- III- causas humanas (criminosas ou acidentais).

**Está(ão) correta(s):**

- a) Apenas as afirmativas I e II.
- b) Apenas as afirmativas I e III.
- c) Apenas as afirmativas II e III.
- d) Apenas a afirmativa III
- e) As afirmativas I, II e III.

### QUESTÕES - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (21 – 40) 03 PONTOS

21. É muito comum que o cidadão conheça sobre os seus direitos quando se fala da ordem constitucional brasileira. Todavia, alguns artigos constitucionais tratam exclusivamente de deveres, pois a Constituição da República Federativa do Brasil

define ônus e bônus na construção da nossa sociedade. Dessa forma, considerando os deveres fundamentais presentes na Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas abaixo e assinale aquela que trouxeram a informação incorreta:

- a) Os deveres individuais, em razão do caráter objetivo dos mesmos, criam deveres para o estado e para os demais indivíduos.
- b) A perspectiva negativa do direito individual gera ao Estado, no âmbito das liberdades públicas e em um primeiro momento, o dever de abster-se.
- c) com relação aos indivíduos, os deveres fundamentais possuem a chamada eficácia vertical.
- d) Os deveres fundamentais podem ser classificados em formalmente constitucionais, formalmente e materialmente constitucionais e materialmente constitucionais.
- e) os deveres fundamentais não estão restritos a um rol taxativo na Constituição Federal.

22. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB) afirma taxativamente que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, esta que será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder, dar-se-á considerando alguns objetos específicos. Desta forma, analise as alternativas abaixo e assinale aquela que apresentar um desses objetos fiscalizatórios incorretamente, de acordo com o texto da CRFB:

- a) Taxatividade.
- b) Renúncia de receitas.
- c) Economicidade.
- d) Legalidade.
- e) Aplicação das subvenções.

23. O Tribunal de Contas da União auxiliará o Congresso Nacional em suas ações que lhe competem como controle externo, conforme dito pela Constituição Federal, essas que estão listadas incorretamente abaixo, estando **correta**, de acordo com o texto da Carta Magna, o constante na alternativa:

- a) Fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe de forma direta exclusivamente, nos termos do tratado constitutivo.
- b) Ratificar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo,

ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.

c) Representar, por meio do Ministério Público, ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

d) Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, salvo as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.

e) Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

**24.** A Constituição Federal define uma série de requisitos para que um cidadão seja ministro do Tribunal de Contas da União. Dentre esses requisitos, deverá o cidadão, por determinado período, ter exercido função ou efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública. Tendo por referência o texto constitucional, assinale a alternativa que demonstre corretamente o período exigido para o exercício das funções ou atividades acima citadas para um ministro do Tribunal de Contas da União:

- a) Mais de cinco anos.
- b) No mínimo três anos.
- c) Oito anos.
- d) Até quinze anos.
- e) Mais de dez anos.

**25.** A Lei Complementar n.º 116, de 31 de julho de 2003 afirma que os Municípios e o Distrito Federal, mediante lei, poderão atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação:

- a) inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.
- b) deduzindo os créditos derivados.

c) desde que não existam débitos pendentes.

d) considerando não haver exportação de serviços ao exterior e que não hajam reflexos na municipalidade sede.

e) salvo em caso de contribuintes solidários.

**26.** Ainda sobre a Lei Complementar n.º 116, de 31 de julho de 2003, quando falamos de reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS), o que não se inclui na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza com relação a esse serviço, de acordo estritamente com o texto da lei supracitada?

- a) O valor do pessoal empregado na feitura do serviço.
- b) O valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços.
- c) A variação do complexo necessário à realização do serviço.
- d) A imposição de juros frente ao custo do serviço.
- e) A variação de moedas internacionais para aquisição de insumos necessários à feitura do serviço.

**27.** Ao se falar de infração, fraude e crimes contra a ordem tributária, de acordo com a Lei 8.137/90, é um dos crimes funcionais exigir, solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida; ou aceitar promessa de tal vantagem, para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social, ou cobrá-los parcialmente. Para tal crime, de acordo com a legislação supracitada, é correto afirmar que a pena aplicada será de:

- a) detenção, de 3 a 8 anos, e multa.
- b) reclusão, de 4 a 8 anos, e multa.
- c) detenção, de 3 a 8 anos.
- d) reclusão, de 3 a 10 anos.
- e) reclusão, de 3 a 8 anos, e multa.

**28.** Em complemento ao tema da questão acima, ainda dentro da Lei 8.137/90, sobre as regras para as multas aplicadas, caso o juiz, considerado o ganho ilícito e a situação econômica do réu, verifique a insuficiência ou excessiva onerosidade das penas pecuniárias previstas na lei supracitada:

- a) definirá sobre a possibilidade de parcelamento.



- b) poderá diminuí-las até a décima parte ou elevá-las ao décuplo.
- c) elencará hipóteses de compensação não-pecuniária.
- d) poderá prorrogar o pagamento para momento posterior.
- e) definirá o pagamento por meio de dias de trabalho, em caso de prisão.

**29.** O princípio da capacidade contributiva, este presente no art. 145, § 1º da CRFB, possui discussões que cercam suas possibilidades e limites. Dessa forma, tendo por referência o tema acima definido, analise as alternativas abaixo e assinale aquela que apresentar uma alternativa correta:

- a) É considerado um princípio de justiça fiscal mais do que um princípio metajurídico.
- b) Tal princípio possui somente a dimensão de igualdade horizontal, não vertical.
- c) Não será aplicável às taxas, tributo com fato gerador vinculado, porque estas estão fundadas em critério de justiça comutativa e não distributiva.
- d) Há vários modos diferentes através dos quais se revela e se viabiliza a aplicação do princípio da capacidade contributiva, dentre os quais: a) imunidade; b) isenção; c) amostragem; d) estabilidade.
- e) Na teoria tributária o princípio da capacidade contributiva não deve influir na adequada interpretação das bases econômicas.

**30.** Ao se falar de segurança jurídica em matéria tributária, pode-se trazer características como a intangibilidade das posições jurídicas consolidadas na proteção constitucional do direito adquirido e do ato jurídico perfeito. Desta forma, com base na construção de conhecimento acerca do tema, leia as alternativas abaixo e assinale aquela que apresentar corretamente um exemplo de segurança jurídica tributária em termos de intangibilidade das posições jurídicas consolidadas na proteção constitucional do direito adquirido e do ato jurídico perfeito:

- a) Formalização de um parcelamento de dívida tributária como a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- b) Decisão sobre matéria tributária sem trânsito em julgado.
- c) Gozo de benefício pelo prazo previsto em lei, permitida a revogação ou modificação da isenção a qualquer tempo quando concedida por prazo certo e em função de determinadas condições.
- d) Estabelecimentos de prazos decadenciais (para a constituição de créditos tributários) e prescricionais

(para a exigência compulsória dos créditos), ambos nonagesimais.

- e) Mudanças legislativas por atualização jurisprudencial nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa para fins de lançamento.

**31.** A igualdade é um valor axiológico constitutivo de uma sociedade democrática, sobretudo sob a égide de uma constituição chamada de cidadã. Em termos tributários, o art. 150, II, da Constituição Federal impede que haja diferenciação tributária entre contribuintes que estejam em situação equivalente. A discussão acerca do tema não se dá pelo fato em si da desigualdade, mas pelas razões e os critérios que orientam a discriminação. Excepcionalmente, pode-se admitir tratamento diferenciado embasado em razões extrafiscais, as quais terão de encontrar amparo constitucional. Considerando o exposto acima, identifique nas alternativas abaixo um exemplo incorreto de razões extrafiscais para (des)igualdade tributária:

- a) Utilização extrafiscal do IPTU e do ITR para induzir o cumprimento da função social da propriedade.
- b) A concessão de benefícios fiscais de incentivo regional.
- c) O estabelecimento de tratamento tributário voltado a estimular o cooperativismo.
- d) O tratamento diferenciado em função da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.
- e) O dimensionamento de certos tributos de modo mais flexível, pelo Executivo, sendo-lhe vedado a utilização de instrumentos para controle do comércio exterior e da moeda.

**32.** As limitações ao poder de tributar, conforme afirmado na Constituição Federal, podem ser gerais ou direcionadas à entes federativos específicos. Desta forma, com base nos conhecimentos legais acerca do tema, analise as alternativas abaixo e assinale aquela que trazer uma sentença correta acerca das limitações ao poder de tributar:

- a) Elas não constituem cláusulas pétreas.
- b) As limitações ao poder de tributar devem ser tomadas como princípios tributários.
- c) As garantias da isonomia e da vedação do confisco concretizam critérios mínimos de justiça tributária.
- d) Não há de se falar em limitações como garantias ao contribuinte, mas como prerrogativas voltadas à estabilidade estatal.

e) Não cabe à jurisprudência estímulo à construção heterodoxa das limitações ao poder de tributar ao longo do tempo.

**33.** Ainda sobre o tema das limitações ao poder de tributar, analise a narrativa abaixo e assinale a afirmativa que se coadune corretamente com a mesma:

Uma lei autorizou, a fim de compensar o déficit de arrecadação atual, que ente político cobre contribuições de melhoria pelas obras que realizasse dali para frente. A mesma lei estabeleceu somente critérios genéricos sobre o tema, deixando à cargo do Poder Executivo a responsabilidade de especificar todo o detalhamento para cada obra, desde o valor à sua hipótese de incidência.

- a) Foi violada a garantia da legalidade tributária, pois não é válida a instituição de tributo pelo Executivo por delegação do Legislativo.
- b) Violou-se a segurança jurídica em matéria tributária, pois, em caso de omissão do Legislativa, somente poderia o Judiciário saná-la, legislando por via de ação.
- c) Não há qualquer violação dos elementos que compõem a limitação ao poder de tributar, a partir do momento em que a instituição do tributo foi feita por lei.
- d) Poderá haver convalidação da lei e da ação do Executivo via decisão judicial.
- e) A criação de hipóteses e detalhamentos da instituição do tributo deverá ser submetida a apreciação legislativa.

**34.** Afirma o art. 154, I da Constituição Federal de 1988 que: “A União poderá instituir: I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição”. Considerando os conhecimentos sobre repartição de competências tributárias, é correto afirmar que o exemplo do artigo acima é um caso de:

- a) Competência residual.
- b) Competência privativa.
- c) Competência comum.
- d) Competência concorrente.
- e) Competência suplementar.

**35.** A Emenda Constitucional 39/2002 incluiu na Constituição Federal o art. 149-A, que diz “os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no art. 150, I e III”. Recorrendo aos

conhecimentos relativos ao conceito de tributo e espécies incluídas na competência tributária municipal, é **correto** afirmar que tal inclusão:

- a) nubla ainda mais a teoria tributária, a partir do momento em que a taxa seria a espécie mais adequada.
- b) cria dificuldades, pois poderá alcançar também àquele que não se submete ao bem em logradouros públicos tão somente.
- c) do contrário, teríamos uma taxa pela prestação de serviço não divisível.
- d) tira a possibilidade de uma inconstitucionalidade da exação, devendo-se verificar em que medida desborda da autorização constitucional, não reduzindo o tributo ao patamar adequado.
- e) tendo em vista sua adequação à ente municipal, retira sua submissão às limitações ao poder de tributar.

**36.** A atuação do fiscal de tributos municipal se relaciona diretamente à Administração Tributária no âmbito daquele ente federativo. Assim, tendo em vista a temática apresentada, analise as alternativas abaixo e assinale a que trazer uma informação incorreta acerca da fiscalização na Administração Tributária:

- a) As autoridades fiscais têm o direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais ou produtores.
- b) A prerrogativa do Fisco possui exceções, essas previstas nos direitos e garantias individuais, como a correspondência do contribuinte.
- c) Toda a atuação do Fisco deve ser documentada, por força de lei.
- d) O acesso, pelo Fisco, às informações mantidas sob sigilo por tabeliães, instituições financeiras somente será possível somente com decisão judicial.
- e) O TDPF é um documento obrigatório a ação fiscalizatória.

**37.** Ainda sobre o tema dos procedimentos fiscalizatórios no âmbito da Administração Tributária, afirma o CTN, Lei 5.172/1966, que sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades. Todavia, a lei faz exceções à divulgação de informações relativas a alguns temas, essas que estão listadas abaixo, não estando contida no CTN textualmente a informação contida na alternativa:

- a) títulos públicos com pertinência temática à fiscalização.
- b) representações fiscais para fins penais.
- c) parcelamento.
- d) moratória.
- e) inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública.

**38.** A Constituição Federal define que é competência dos Municípios o ITBI, o Imposto de transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição. Cabe ao Fiscal de Tributos ter conhecimentos sobre o mesmo. Dessa forma, analise as informações abaixo e assinale aquela que trazer uma informação incorreta acerca do ITBI.

- a) A transmissão "inter vivos" é a transferência do direito de uma pessoa a outra por força de um negócio jurídico, não se confundindo com a aquisição originária da propriedade.
- b) É legítima a incidência do Imposto de Transmissão Inter Vivos sobre a transferência do domínio útil.
- c) Quando da transmissão da propriedade, considera-se o seu valor venal para fins de base de cálculo, excluindo de qualquer incidência os gravames temporários.
- d) O ITBI é um imposto de natureza real e, por isso, não se presta à progressividade.
- e) É legítima a incidência do Imposto de Transmissão Inter Vivos sobre a restituição, ao antigo proprietário, de imóvel que deixou de servir à finalidade da sua desapropriação.

**39.** Considerando as diretrizes da Lei nº 9430/1996, a mesma afirma que fica dispensada a retenção de imposto de renda, incidente na fonte sobre rendimentos que devam integrar a base de cálculo do imposto devido na declaração de ajuste anual, de valor igual ou inferior a:

- a) R\$ 10,00.
- b) R\$ 30,00.
- c) R\$ 20,00.
- d) R\$ 50,00.
- e) R\$ 40,00.

**40.** Sobre o tema da **retenção de tributos e contribuições** na Lei nº 9430/1996, analise as afirmativas abaixo e assinale aquela que trazer uma informação incorreta sobre o tema exclusivamente de acordo com o texto da lei supracitada:

- a) A obrigação pela retenção é do órgão ou entidade que efetuar o pagamento.
- b) O valor retido, correspondente a cada tributo ou contribuição, será levado a crédito da União, Estados, DF e Municípios, considerando a repartição de receitas tributárias.
- c) O valor do imposto e das contribuições sociais retido será considerado como antecipação do que for devido pela contribuinte em relação ao mesmo imposto e às mesmas contribuições.
- d) O valor da contribuição social sobre o lucro líquido, a ser retido, será determinado mediante a aplicação da alíquota de um por cento, sobre o montante a ser pago.
- e) Os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações da administração pública federal a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, do imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP.